

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Curso de Pós-graduação

Trabalho Programado

PRELIMINAR

TEORIAS MARXISTAS E WEBERIANAS SOBRE O ESTADO

Aluna: Simone Martinoli Madeira Campos

Professor: Csaba Deák

São Paulo, setembro de 2001.

SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| TEORIAS MARXISTAS E WEBERIANAS SOBRE O ESTADO | |
| 1.0 - O pensamento marxista | |
| 1.1 - O estado marxista | |
| 2.0 - O pensamento de Weber | |
| 2.1 - A posição política de Weber | |
| 2.2 - O Estado segundo Weber | |
| 2.3 - A burocratização e a racionalização | |
| 2.4 - A relação de Weber com a obra de Marx | |
| 2.5 - Weber e Machiavelli | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| ANEXO - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | |
| 1.0 - 'O que é ideologia' | |
| CHAUÍ, Marilena | |
| Comentários | |
| 2.0 – 'História a contrapelo' | |
| CHAUÍ, Marilena | |
| Comentários | |
| 3.0 - 'Max Weber: sociologia' | |
| COHN, Gabriel | 44 |
| Comentários..... | 45 |
| 4.0 - 'Sociologia de Max Weber' | |
| FREUND, Julien | 56 |
| Comentários: | 62 |
| 5.0 - 'Max Weber - ensaios de sociologia' | |
| GERTH, H.H., WRIGHT MILLS, C. | 47 |
| Comentários | 54 |
| 6.0 – 'Ensaio de sociologia' | |
| WEBER, Max (In: GERTH, H.H. e WRIGHT MILLS, C)..... | 64 |
| Comentários: | 71 |
| 7.0 - 'A política como vocação' | |
| WEBER, Max | 73 |

| | |
|--|----|
| Comentários | 76 |
| 8.0 - 'The capitalist state' | |
| JESSOP, Bob | |
| Comentários | 25 |
| 9.0 - 'O príncipe' | |
| MACHIAVELLI, Niccolo | 17 |
| Comentários | 25 |
| 10.0 - 'A glossary of technical terms' | |
| SEKINE, Thomas (In: UNO, Kozo) | |
| Comentários | 25 |

TEORIAS MARXISTAS E WEBERIANAS SOBRE O ESTADO

O presente texto foi elaborado a partir do estudo das teorias marxistas e weberianas sobre o Estado. O estudo destas teorias se deu a partir da seleção de obras de Max Weber, de alguns estudiosos do pensamento weberiano, de textos de Marilena Chauí e do livro 'The capitalist state - marxist theories and methods' de Bob Jessop.

O interesse pelo tema surgiu durante o desenvolvimento das monografias e trabalhos programados do curso de mestrado em andamento, quando as pesquisas em torno do tema do projeto de pesquisa, 'O processo de formação e desenvolvimento do Estado do Acre', levaram à identificação de inúmeras políticas do governo brasileiro para a região. O principal objetivo destas políticas era ocupar, consolidar e estruturar o território que é hoje o atual Estado do Acre.

A partir da identificação destes objetivos, o pressuposto que orientou os trabalhos foi o de que as políticas implantadas pelo governo brasileiro pretendiam a ocupação e consolidação do território do Acre. Assumido este pressuposto, o interesse com relação ao tema do papel do Estado neste processo foi despertado, uma vez já não era mais possível explicar o processo de formação e estruturação deste Estado brasileiro apenas através de processos migratórios e de oscilações na demanda de borracha no mercado internacional.

Neste ponto, a importância das intervenções do Estado no processo estudado se tornou fundamental e o conhecimento de seu conceito também era fundamental para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Assim a pesquisa sobre os conceitos de Estado se concentrou no estudo das teorias marxistas e weberianas, teorias clássicas que são referências básicas no estudo deste tema.

O estudo destas teorias deixa como primeira certeza o fato de que não é possível identificar uma única ou homogênea teoria sobre o Estado. Existem divergências entre as linhas teóricas pesquisadas, o que era esperado, mas existem também diferentes interpretações entre os próprios teóricos marxistas e entre os estudiosos da obra de Weber. Deste esforço foi possível concluir que o conceito de Estado é um conceito abstrato, às vezes abordado como uma questão empírica, outras abordado com o objetivo de definir seu papel ou função.

O trabalho está sistematizado em duas partes, na primeira delas, baseada no livro de Jessop e nos textos de Chauí, as teorias marxistas são apresentadas de forma sistematizada, inclusive identificando os conceitos desenvolvidos por Marx, Engels e seus estudiosos. Diante da impossibilidade de estabelecer um único conceito marxista de Estado, a opção feita foi a apresentação do conceito segundo Marx e Engels e também segundo alguns dos principais pensadores marxistas do pós-guerra, especialmente segundo Holloway, Picciotto, Gramsci e Offe.

A segunda parte do trabalho, baseada no estudo dos conceitos de Weber, apresenta seus conceitos de Estado, burocratização, racionalização. Também nesta parte do

trabalho a relação entre o pensamento de Weber e o pensamento marxista é comentada, assim como a relação entre a obra de Weber e a obra 'O príncipe' de Machiavelli.

1.0 - O PENSAMENTO MARXISTA

O presente estudo das teorias marxistas sobre o Estado está baseado na obra de Bob Jessop, *'The capitalist state - marxist theories and methods'*, onde o autor analisa de forma sistematizada as teorias sobre o Estado presentes nas obras de Marx, Engels e de diversos teóricos marxistas do pós-guerra, entre eles Holloway, Picciotto, Gramsci, Poulantzas e Offe.

Já nas primeiras páginas de sua obra, Jessop afirma que não é possível refinar uma teoria marxista sobre o Estado de forma unitária e coerente a partir das obras de Marx e Engels, uma vez que estes autores não apresentaram uma "análise definitiva" sobre o tema, apesar de terem produzido diversos temas suscetíveis ao desenvolvimento independente do tema.

Desta forma, a sistematização adotada neste trabalho foi a de identificação e apresentação dos principais conceitos sobre o Estado segundo o pensamento marxista.

1.1 - O ESTADO MARXISTA

Segundo Jessop, os primeiros trabalhos de Marx tratavam o Estado como um sistema irracional de dominação política que a burocracia tenta apropriar-se. Já em seus trabalhos mais recentes, Marx e Engels defendem que o Estado desenvolve-se com a divisão social do trabalho e é um reflexo da base econômica da sociedade, ou seja, é a forma como a classe dominante ajusta seus interesses comuns.

Engels completa esta posição afirmando que é uma classe específica que controla o aparato do Estado e usa este controle para manter sua dominação política e econômica. E desta forma o Estado se faz necessário para moderar os conflitos entre classes antagônicas e mantê-las dentro dos limites da ordem social.

Segundo Chauí, o Estado aparece como a realização dos interesses gerais, mas na verdade é a forma através da qual a parte mais forte e poderosa ganha a aparência de interesse de toda a sociedade. Desta forma, o Estado preserva os interesses da classe dominante, dominando de forma impessoal e anônima, através das leis que o fazem parecer como um poder que não pertence a ninguém.

Marx e Engels viram o Estado como um poder público que se desenvolve num certo estágio da divisão social do trabalho e que envolve um distinto sistema de governo, separado do controle imediato do povo sobre o qual exerce autoridade. Defendem também que o desenvolvimento do modo capitalista de produção permite e as vezes requer mudanças no aparato do Estado.

O tema burocracia também não pode ser definido de uma única maneira, Marx criticava a separação do Estado da sociedade civil, alegando que esta situação não poderia ser resolvida por uma burocracia neutra. Marx também criticava a visão de Engels que afirmava que a função da burocracia era realizar os interesses universais, para Marx a burocracia apenas reproduzia o antagonismo da sociedade civil dentro do Estado.

Já o capitalismo monopolista do Estado é explicado por Jessop como um estágio do capitalismo caracterizado pela fusão do monopólio das forças com o Estado burguês, formando assim um mecanismo de exploração econômica e dominação política, onde a intervenção do Estado é cada vez mais ativa, chegando a dominar o processo de reprodução do capitalismo. As teorias do pós-guerra colocam o capitalismo monopolista do Estado como um novo estágio do capitalismo, compatível com a acumulação.

Por sua vez, o debate da derivação pretendia especificar a forma e a função do Estado capitalista e, segundo Jessop, os teóricos da derivação estabeleceram que o Estado capitalista é um elemento essencial na reprodução burguesa.

Para Holloway e Picciotto a particularização do Estado, como forma de dominação de classe, oferece as bases materiais para a prática política e ideológica da burguesia de manter separados a luta econômica e política dos trabalhadores, como uma pré-condição da dominação burguesa. Claus Offe por sua vez, defende que o Estado

capitalista deve assegurar a acumulação capitalista e a dominação burguesa, e ainda compensar pelos desequilíbrios e/ou conflitos entre eles, através de medidas administrativas e/ou repressivas¹.

Segundo Jessop, Gramsci e seus estudiosos investiram na dialética da coerção e do consentimento e definiram o Estado como um complexo de atividades através das quais a classe dominante justifica e mantém sua dominação. Gramsci identificou dois tipos de dominação, aquela que ocorre através da força e outra que ocorre através da hegemonia.

Por fim Poulantzas defende que o Estado tem como principal função organizar a hegemonia dentro do bloco de poder e que ele reflete e condensa todas as contradições na divisão de classes e que o poder do Estado é sempre o poder de uma classe definida cujos interesses são correspondidos pelo Estado.

2.0 - O PENSAMENTO DE WEBER

O trabalho a seguir foi elaborado a partir do estudo da obra de Weber constante nas referências bibliográficas deste trabalho. O presente trabalho foi organizado a partir da identificação e sistematização dos temas de interesse da pesquisa em desenvolvimento, são os seguintes: a posição política de Weber, o Estado segundo

¹ Offe introduziu o conceito de crise administrativa, que envolve a crise fiscal, a crise da racionalidade

Weber, a burocratização e a racionalização, a relação de Weber com a obra de Marx e Weber e Machiavelli.

2.1 - A POSIÇÃO POLÍTICA DE WEBER

Max Weber nasceu na Alemanha em 1864, numa família liberal de crença protestante. Estudou direito, história, economia e filosofia, foi professor nas universidades de Freiburg e Heidelberg. Segundo Gerth e Mills, importantes estudiosos da obra de Weber, este sempre escreveu do ponto de vista do político ativo, sua posição política inicial foi liberal e após uma visita aos Estados Unidos, nos primeiros anos do século XX, sua posição política caminhou para a democracia.

Weber foi nacionalista, defendeu o liberalismo nacional quando seu partido apoiava e desejava influenciar Bismarck. Em seguida, defendeu o liberalismo social, alegando que o Estado tinha obrigação para com a camada social mais fraca. Na década de 1890 era imperialista, defendia o interesse do poder do Estado como valor final. No final da mesma década Weber defendeu a legislação que determinava a punição aos líderes sindicais em caso de greves.

No início do século XX Weber viajou aos Estados Unidos, onde se interessou pelas questões da administração pública e pelo papel da burocracia na democracia. A partir desta viagem sua posição política caminhou para a democracia, apesar considera-la

administrativa e a crise da 'fidelidade popular' (? mass loyalty).

de forma pragmática, especialmente pelas suas conseqüências na seleção de líderes políticos eficientes. Após esta viagem, a importância da burocracia na democracia tornou-se destacado ponto do trabalho de Weber, para quem a administração política por profissionais era indispensável na democracia, processo este que tendia a uma crescente racionalização.

2.2 - O ESTADO SEGUNDO WEBER

Para Weber o Estado é uma manifestação histórica da política. Ele mostra que a partir da complexidade das atividades sociais é formada a base de organizações sociais, entre elas, a organização institucional. E a partir desta organização, o Estado é definido por Weber como uma forma moderna do agrupamento político, caracterizado pelo fato de deter o monopólio da violência e do constrangimento físico legítimo sobre um determinado território.

Neste ponto, o uso da força é determinante na concepção de Estado de Weber, para ele, a violência é um instrumento específico do Estado, conceito defendido da seguinte forma:

"se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido [...]"².

² WEBER, Max, 1996. *A política como vocação*, p. 56.

Desta forma, o Estado consiste numa relação de dominação do homem sobre o homem, dominação esta baseada no uso da violência legítima que garante a existência do Estado, sob a condição de que os homens dominados se submetam à dominação. Na aplicação do constrangimento legítimo sobre um território, o Estado apoia-se nas leis, na força militar e numa administração racional, que lhe permite intervir em domínios diversos. Segundo Weber as leis só existem quando existe a probabilidade de que a ordem seja mantida pelo uso da força, com a intenção de obter conformidade com a ordem ou de impor sanções pela sua violação.

Para Weber o Estado é também uma instituição econômica que gere as finanças públicas ou as empresas nacionalizadas, e intervém em diversos domínios (educação, saúde, economia ou cultura).

Por outro lado, a nação é para Weber uma realidade emocional, baseado em sentimentos que não tem origem econômica e que se disseminam pelas massas pequeno-burguesas. O conceito de nação de Weber é o de "uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio"³. A idéia de nação está ligada a valores culturais que devem ser preservados e não podem ser substituídos. No entanto, o sentimento de nação se relaciona de diferentes formas com as estruturas sociais de um Estado, o que pode tornar seu conceito antagônico no âmbito das associações políticas deste Estado.

³ GERTH, H.H. e WRIGHT, Mills, 1946, *Ensaio de sociologia*, p.207.

2.3 - A BUROCRATIZAÇÃO E A RACIONALIZAÇÃO

Os temas burocratização e racionalização são importantes na obra de Weber e seus conceitos foram bastante influenciados por sua viagem aos Estados Unidos.

A racionalização era definida por Weber como um crescente processo de racionalização da vida, com vistas à maior eficácia e rendimento. A racionalização é a especialização científica e a diferenciação técnica peculiares à civilização ocidental, consiste na organização da vida por divisão e coordenação das diversas atividades, com base em um estudo preciso das relações entre os homens. Para Weber a racionalização chega a ser 'sublime'.

Por sua vez, Weber afirma que a burocracia na instituição do Estado também se aperfeiçoa com o processo de racionalização da sociedade, a burocratização é ocasionada mais pela ampliação intensiva e qualitativa e pelo desdobramento interno do âmbito das tarefas administrativas do que pelo seu aumento extensivo e quantitativo. Em outras palavras, a crescente exigência da sociedade habituada à pacificação alcançada por meio da aplicação das leis, influencia o processo de burocratização. Também as tarefas da política do bem-estar social e os meios de comunicação, ambos administrados pelo Estado, contribuem para o processo de burocratização do Estado.

Segundo Weber, a natureza 'desumanizada' da burocracia, que elimina os elementos pessoais nas relações de negócios é bem recebida pelo capitalismo, e a burocratização ocorre num processo paralelo à democracia. Assim Weber defende que a burocracia só tem sentido como instrumento técnico, e não como um agente elaborador de política ou politicamente responsável. Apesar das repartições terem adquirido importância cada vez maior e disporem dos meios técnicos necessários ao funcionamento do Estado, Weber defende que a administração deve permanecer a serviço do governo e dos programas dos partidos políticos.

Weber define que o capitalismo moderno é racional, suas instituições são a materialização da racionalidade, nele a grande empresa só encontra rival na burocracia estatal. O capitalismo é a forma mais elevada de operações racionais implementadas por duas irracionalidades: os resquícios de uma atitude de fundamento religioso, o impulso irracional pelo trabalho contínuo; e o socialismo moderno, visto como a 'utopia' daqueles que não podem tolerar a dependência dos empresários proprietários.

2.4 - A RELAÇÃO DE WEBER COM A OBRA DE MARX

Weber não se opõe ao materialismo histórico completamente, ele aceita a dialética marxista entre a economia e as outras atividades humanas, mas nega-lhe a determinação das diversas esferas da vida social pela vida econômica, alegando que a ciência não pode reduzir a explicação de todos fenômenos culturais a um 'substrato

econômico'. Sua maior crítica está relacionada à distinção entre o que é "rigorosamente 'econômico', o que é 'economicamente determinado e o que é simplesmente 'economicamente relevante'."

Outro ponto apontado como divergente nas obras de Weber e Marx é o conceito de capitalismo moderno. Segundo Gerth e Wright Mills, enquanto para Marx, "a economia moderna é basicamente irracional, e essa irracionalidade do capitalismo resulta de uma contradição entre o progresso tecnológico racional das forças produtivas e as cadeias da propriedade privada, lucro privado e concorrência de mercado não-controlada"⁴, Weber define que o capitalismo moderno não é 'irracional', pois suas instituições são, na verdade, a materialização da racionalidade.

Por outro lado, Weber partilha com Marx da tentativa de colocar os fenômenos ideológicos nalguma correlação com os interesses materiais de ordem econômica e política. Ainda segundo Gerth e Mills, a obra de Weber também está relacionada à obra de Marx na tentativa comum de perceber as inter-relações entre os sistemas institucionais militar, religioso, político e jurídico e a ordem econômica. Os autores destacam também que assim como Marx, Weber "insiste em localizar a unidade institucional básica do moderno capitalismo na produção"⁵, e não no mercado ou nas finanças.

O conceito weberiano sobre a classe dominante também tem alguns traços semelhantes àquele defendido por Marx, para Weber não existe o governo de todos

⁴ GERTH, H.H. e WRIGHT, Mills, 1946, *Ensaio de sociologia*, p.66 e 67.

sobre todos, é sempre uma minoria que decide e orienta segundo suas diretrizes a atividade política geral. Weber justificou as idéias do nacionalismo e do racismo como "ideologias justificantes usadas pela classe dominante e seus publicistas mercenários, para as suas imposições aos membros mais fracos da organização política"⁶.

Já o conceito de classe de Weber liga sua formação aos interesses econômicos e está relacionado à categoria de propriedade e não propriedade. Weber admite que a luta está na base de diversas manifestações sociais das quais as mais importantes são o poder e o domínio, no entanto não a considera como dinâmica central.

2.5 - WEBER E MACHIAVELLI

Quando Weber elabora seu conceito de Estado, especialmente baseado no uso do constrangimento físico legítimo sobre um território, é possível entender as relações que alguns autores fazem entre sua obra e a obra 'O Príncipe' de Machiavelli.

Em 'O Príncipe', Machiavelli estuda o Estado absolutista, e apesar de não definir seu conceito e de ser este Estado diverso do Estado moderno estudado por Weber, Machiavelli defende o uso da força e das leis como instrumento para garantir a posse

⁵ GERTH, H.H. e WRIGHT, Mills, 1946, *Ensaio de sociologia*, p.87 e 88.

⁶ GERTH, H.H. e WRIGHT, Mills, 1946, *Ensaio de sociologia*, p.40.

do Estado ou território, ponto este que leva ao estabelecimento de uma relação entre as duas obras.

A obra de Machiavelli é dominada pela idéia da formação e manutenção do domínio de um território, nela diversas formas para que um príncipe conquiste e mantenha os territórios conquistados são estudadas, e são destacados o uso da força, sob diversas formas, para garantir a posse de um território dominado. No Estado de Machiavelli as boas instituições também são elementos importantes que baseiam e garantem suas ações através das próprias leis, leis estas de suma importância na garantia da ordem no território dominado.

Por fim, outro ponto semelhante nos trabalhos de Weber e Machiavelli, é a definição de política como uma atividade especificamente humana, que segundo Weber deu origem as mais variadas instituições, entre elas o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUI, Marilena. 1980. *O que é ideologia*. Editora Brasiliense, 34ª edição. São Paulo, 1994.
- CHAUI, Marilena. *História a contrapelo*. In: DECCA, Edgar De. 1981. *O silêncio dos vencidos*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1984.
- COHN, Gabriel. *Max Weber: sociologia*. Editora Ática. 2ª ed. São Paulo, 1982.
- FREUND, Julien. 1966. *Sociologia de Max Weber*. Editora Forense Universitária, 5ª edição. Rio de Janeiro, 2000.
- GERTH, H.H. e WRIGHT, C. Mills. 1946. *Ensaio de sociologia*. Editora LTC. Rio de Janeiro, 1982.
- JESSOP, Bob. 1982. *The capitalist state - marxist theories and methods*. Martin Robertson & Company Ltd.. Oxford. 1983.
- MACHIAVELLI, Niccolò, *O Príncipe/ Niccolò Machiavelli*; trad. Lívio Xavier: Ediouro. Rio de Janeiro, 1998.
- SEKINE, Thomas. *A glossary of technical terms*. In: UNO, Kozo. 1977. *Principles of political economy*. Harvester Press. Brighton. 1980.
- WEBER, Max. 1967 e 1968. *Ciência e política - Duas vocações*. Editora Cultrix . São Paulo, 1999.
- WILSON, Jorge E. 1985. *O conceito de Estado - síntese das teorias formuladas por Machiavel, Lenin, Gramsci, Weber*. Revista Sinopses 8, p.229 - 265. FAUUSP. São Paulo, 1985.